



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23760/2026

Necessidade da Administração: contratação de empresa especializada para prestação de serviços engenharia, contemplando Projetos Básicos e Executivos e posteriormente a execução da reforma de Prédio Escolar, com fornecimento de mão-de-obra e materiais.

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares, bem como a execução das obras de reforma do prédio escolar, localizado na Rua Itapema, nº 100, neste município.

A Estimativa de Preços que compõe a documentação deste processo licitatório possui caráter referencial, cabendo à contratada o desenvolvimento das soluções técnicas, o detalhamento dos projetos executivos e a integral responsabilidade pela adequada execução do objeto.

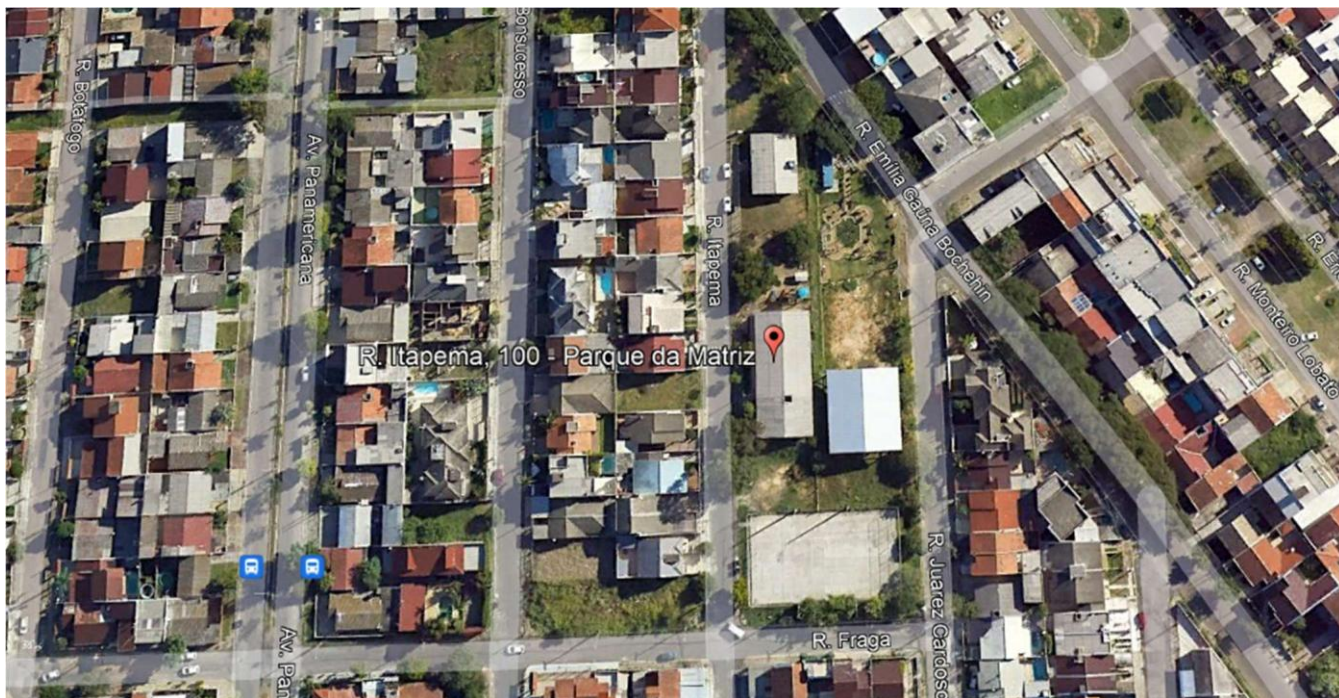


Foto 1: Localização do Prédio Escolar





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2 ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

2.1 Os serviços a serem executados deverão estar conforme elencados na Estimativa de Custo de Projeto e Obra que compõem a documentação anexa e o presente Termo de Referência.

2.2 Os projetos a serem elaborados e o serviços a serem executados deverão atender as normas técnicas pertinentes a cada caso, bem como o recolhimento de ART/RRT do respectivo serviço.

2.3 Os projetos necessários a reforma, acompanhados de Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro a serem elaborados pela contratada, deverão ser aprovados pela fiscalização da SMED, para o posterior início das obras.

2.4 Projeto de arquitetura (Reforma do Prédio Escolar)

Deverá ser elaborado o projeto executivo da reforma do prédio escolar, contemplando todas as intervenções necessárias à execução da obra, em conformidade com as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência e com os itens constantes na Estimativa de Preços dos serviços. O projeto deverá conter todos os detalhamentos e informações técnicas indispensáveis à completa execução da obra.

2.5 Projeto Estrutural do Muro de Arrimo

Deverá ser prevista a construção de muro de arrimo para contenção do talude existente na parte posterior da escola, em toda a sua extensão, inclusive na área localizada atrás do posto de saúde, lindeiro ao prédio escolar.

A contratada deverá elaborar o projeto estrutural, avaliando a solução técnica mais adequada, considerando as condições de acesso para execução dos serviços, bem como as edificações existentes e a estrutura da caixa d'água no entorno do talude.

O projeto deverá atender às normas técnicas aplicáveis, em especial à ABNT NBR 11682 (Estabilidade de Encostas) e à ABNT NBR 6118 (Projeto de Estruturas de Concreto), quando aplicável.

Deverão ser previstas e dimensionadas as soluções de drenagem necessárias, incluindo drenagem superficial e/ou profunda, de forma a garantir a estabilidade do conjunto.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A altura do muro deverá ser definida de modo a garantir a contenção do talude até o nível do piso da área de recreação da escola.

Será disponibilizado, como anexo a este Termo de Referência, o Relatório de Sondagem do terreno, o qual deverá ser considerado na elaboração do projeto.

O projeto estrutural, no caso de concreto armado, deverá ser composto pelas seguintes informações e documentações:

- Planta de cargas dos elementos estruturais, contendo as bitolas e quantitativos de aço (em kg);
- Plantas de formas completas de todos os elementos estruturais;
- Detalhamento estrutural completo de todos os elementos;
- Resumo de aço (quadro de ferros) para todos os elementos;
- Resumo de concreto, incluindo a indicação da resistência característica à compressão (fck) a ser adotada.

A solução estrutural adotada será de responsabilidade da contratada, devendo garantir a estabilidade global do talude e das estruturas adjacentes.

2.6 Projeto de instalações telefônicas e elétricas

O projeto de instalações elétricas deverá contemplar a definição da distribuição geral das luminárias, pontos de força, comandos, circuitos, dispositivos de proteção, quadros elétricos e demais equipamentos necessários ao adequado funcionamento da edificação.

O atendimento à edificação será em baixa tensão, conforme padrão da concessionária local, considerando tensão de operação de 220 V.

Os alimentadores deverão ser dimensionados com base nos critérios de queda de tensão máxima admissível, bem como na capacidade de condução de corrente, considerando a distância entre o quadro geral de baixa tensão e o ponto de entrega de energia.

As instalações deverão ser executadas por meio de eletrodutos, condutes e caixas de passagem, conforme definido em projeto, atendendo às normas técnicas aplicáveis.

Todos os materiais e equipamentos deverão ser de qualidade comprovada, garantindo durabilidade, segurança e facilidade de manutenção.

Todos os circuitos de tomadas deverão ser dotados de dispositivos diferenciais residuais (DR) de alta sensibilidade, conforme exigido pelas normas vigentes.

As luminárias especificadas deverão utilizar tecnologia de baixo consumo de energia, preferencialmente do tipo LED, com alto fator de potência e baixa distorção harmônica.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O acionamento das luminárias deverá ser setorizado, de forma a permitir o controle independente dos ambientes.

A contratada será responsável pela compatibilização do projeto elétrico com os demais projetos, bem como pela correta execução das instalações.

Observação: A contratada deverá prever no projeto os condutores e infraestrutura para cabeamento de lógica, conforme orientações da equipe de Tecnologia da Informação da SMED.

2.6.1 Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)

O projeto do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) deverá ser elaborado pela contratada, por profissional legalmente habilitado, incluindo a realização de análise de risco, dimensionamento e detalhamento do sistema, conforme a ABNT NBR 5419.

Caberá à contratada a definição da necessidade de implantação do SPDA, bem como da solução técnica a ser adotada, considerando as características da edificação e as condições do local.

Caso a análise de risco indique a necessidade de implantação do sistema, deverão ser contemplados todos os seus componentes, incluindo captação, descidas, sistema de aterramento, equipotencialização e dispositivos de proteção contra surtos (DPS).

O SPDA deverá ser compatibilizado com os demais projetos e sistemas da edificação.

2.6.2 Normas Técnicas Relacionadas

Os projetos e a execução das instalações deverão atender às normas técnicas vigentes e às disposições legais aplicáveis, em especial:

- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão (quando aplicável);
- ABNT NBR 5419 – Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- ABNT NBR 10898 – Sistema de iluminação de emergência;

Além das normas específicas aplicáveis a materiais, componentes, equipamentos e sistemas a serem utilizados.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.7 Projeto Hidrossanitário

O projeto executivo deverá compreender todas as informações e detalhamentos necessários ao perfeito entendimento e execução da obra, devendo ser apresentado conforme descrito a seguir:

PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FRIA E ESGOTO CLOACAL

- Atender ao padrão da concessionária local (CORSAN);
- Distribuição em planta da alimentação dos reservatórios inferior e superior, contendo detalhes construtivos, localização, capacidade e pontos de saída de água;
- Dimensionamento dos conjuntos motobomba e das tubulações de recalque;
- Plantas das redes hidráulicas, indicando a localização e dimensionamento das tubulações, registros e válvulas;
- Detalhamento dos barriletes inferior e superior;
- Fluxogramas definitivos de distribuição de água fria e, quando aplicável, água quente;
- Elevação das colunas de água fria e de esgoto ao longo dos pavimentos;
- Representação isométrica (estereogramas) das instalações;
- Distribuição em planta dos ramais primários e secundários de escoamento dos efluentes de esgoto cloacal;
- Detalhamento da ligação à rede pública ou, na ausência desta, de sistema de tratamento individual (fossa séptica e filtro anaeróbio), acompanhado de memorial de cálculo e indicação dos parâmetros adotados;
- Detalhamento das caixas de inspeção, caixas de gordura, caixas de areia, caixas de passagem, entre outras;
- Previsão da tubulação de drenagem de aparelhos de ar-condicionado;
- Memorial de cálculo completo;
- Especificações técnicas dos materiais e serviços;
- As plantas de tubulações de água fria e esgoto cloacal deverão ser apresentadas separadamente, para melhor compreensão e execução;
- O projeto deverá atender às normas técnicas vigentes da ABNT e às diretrizes da contratante.

PROJETO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM PLUVIAL

- Distribuição em planta dos ramais de escoamento das águas pluviais, contemplando a cobertura da edificação e as áreas externas do terreno;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Detalhamento e dimensionamento de calhas, condutores verticais e horizontais, acompanhado de memorial de cálculo;

- Projeto do sistema de coleta e condução de águas pluviais;

- Indicação dos pontos de lançamento, ligação à rede pública ou soluções de dissipação/infiltração, quando aplicável;

- O projeto deverá atender às normas técnicas vigentes da ABNT e às diretrizes da contratante.

Para o dimensionamento da demanda de consumo de água da escola, deverá ser considerada a população equivalente ao número de usuários previstos para a edificação.

2.7.1 Sistema de Abastecimento

Para o abastecimento de água potável da edificação, será adotado sistema indireto, no qual a água proveniente da rede pública não é conduzida diretamente aos pontos de consumo, sendo inicialmente armazenada em reservatório.

O reservatório tem por finalidade garantir o suprimento de água em caso de interrupção do abastecimento pela concessionária, bem como proporcionar a regularização da pressão nos pontos de consumo e nas tubulações da rede predial.

A reserva de água deverá ser dimensionada para atender, no mínimo, ao consumo diário da edificação, considerando a população usuária prevista.

A água proveniente da rede pública, após passagem pelo hidrômetro, deverá abastecer o reservatório elevado (caixa d'água), instalado sobre estrutura externa, com capacidade a ser definida em projeto.

Quando necessário, o abastecimento do reservatório deverá ser realizado por meio de sistema de recalque, devidamente dimensionado.

A partir do reservatório, a distribuição da água será feita por meio de coluna de distribuição predial, atendendo aos diversos pontos de consumo da edificação, conforme projeto a ser elaborado pela contratada.

2.7.2 Normas Técnicas relacionadas

Os projetos e a execução das instalações deverão atender às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial:

- ABNT NBR 5626 – Sistemas prediais de água fria;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ABNT NBR 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário;
- ABNT NBR 10844 – Instalações prediais de águas pluviais;

Além das normas específicas aplicáveis a materiais, componentes e equipamentos a serem utilizados.

2.8 Projeto de PPCI

O projeto executivo deverá compreender todas as informações e detalhes para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado de acordo com o exigido pela legislação na seguinte forma:

- Apresentação dos formulários e plantas necessários definidos na legislação de incêndio;
- Indicação do tipo, capacidade e localização dos extintores;
- Detalhamento da rede de hidrantes, incluindo as canalizações, diagrama vertical e detalhamento dos reservatórios;
- Memorial Técnico de Dimensionamento atendendo a NBR 15219, NBR 13714 e demais normas técnicas pertinentes;
- Indicar a localização e tipo de iluminação de emergência e alarmes acústicos, e demais dispositivos exigidos, com o detalhamento executivo de suas redes alimentadoras, centrais de comando, material, fixação, etc.;
- Detalhamento executivo de conjunto motobomba (montagem mecânica), se necessário;
- Detalhamento executivo das escadas de emergência, corrimãos, revestimento dos degraus, projeto estrutural;
- Detalhamento executivo das rotas de fuga, Controle de Materiais de Acabamento e de Revestimento, posicionamento estratégico, tipos de portas corta-fogo, etc;
- Detalhamento construtivo do sistema de Sinalização das rotas de fuga;
- Detalhamento construtivo do sistema de isolamento de riscos, quando for o caso;
- Memorial de cálculo dos sistemas hidráulico e elétrico para hidrantes, quando couber;
- Memorial de cálculo do circuito de iluminação de emergência;
- Memorial de cálculo da central e circuito de alarme de emergência, quando couber;
- Requerimentos/solicitações para o CBMRS, quando for o caso;
- Planilha de quantitativos;

O pagamento final, referente ao projeto de PPCI ficará retido 40% do valor total e será feito





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

após a sua aprovação junto ao CBMRS.

Observação: Caberá à contratada a responsabilidade pela obtenção das aprovações junto ao Corpo de Bombeiros Militar, bem como pelo pagamento de todas as taxas, emolumentos e demais custos relacionados ao processo de análise e aprovação do PPCI. Tais custos deverão estar contemplados no BDI da proposta.

2.8.1 Normas Técnicas Relacionadas – PPCI (Prevenção e Proteção Contra Incêndio)

Os projetos e a execução das medidas de prevenção e proteção contra incêndio deverão atender à legislação vigente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às normas técnicas aplicáveis, em especial:

- ABNT NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios;
- ABNT NBR 12693 – Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- ABNT NBR 13434 – Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;
- ABNT NBR 10898 – Sistema de iluminação de emergência;
- ABNT NBR 13714 – Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio;
- ABNT NBR 17240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio;

Além das Instruções Técnicas (ITs) e demais exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

2.9 Planilha Orçamentária Sintética e Especificações Técnicas

Na elaboração da planilha orçamentária deverão ser consideradas as referências de valores das tabelas do SINAPI ou outra tabela requerida.

Os valores unitários expressos na planilha deverão estar compatíveis com o quantitativo a que correspondem (m, m², m³, unidade, etc.), tanto para material como para mão-de-obra.

Não deverão ser utilizadas composições de itens ou subitens com indicação de verba, priorizando sempre a aplicação de parâmetros e grandezas que permitam fácil mensuração.

Estes projetos, juntamente com a definição do regime de trabalho, possibilitarão estabelecer o cronograma da obra.

Sobre o valor dos custos de cada item, deverá estar incluído o percentual de BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. O percentual de BDI utilizado deverá ser calculado de acordo com





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

as orientações do TCU para valores de referência de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI das obras públicas.

Todo o material deve estar de acordo com os Acórdãos do TCU, em especial os nº 3938/2013 e nº 2622/2013, e regulamentações posteriores.

Sobre o valor dos custos de cada item de mão de obra, deverá estar incluído o percentual de Encargos Sociais. O percentual de Encargos Sociais deverá ser calculado de acordo com a legislação vigente.

A Contratada deverá apresentar planilha com detalhamento da composição analítica da taxa de BDI (Benefício e Despesas Indiretas) utilizada no orçamento, conforme estabelecido pelo acórdão do TCU 2622/2013.

Deverá constar os valores máximos e mínimos para o tipo de obra a ser executada e a fórmula para o cálculo do BDI como mostradas abaixo:

Limites das parcelas do BDI para obras do tipo acima selecionado. Acórdão TCU 2622/2013		
Mín	Med.	Máx.
3,00	4,00	5,50
0,80	0,80	1,00
0,97	1,27	1,27
0,59	1,23	1,39
6,16	7,40	8,96
0,65	0,65	0,65
3,00	3,00	3,00

$$BDI = [(1 + AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L) / (1 - I)] - 1$$

Onde:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S = taxa representativa de Seguros;

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras

L = taxa representativa da Remuneração

I = taxa representativa da incidência de Impostos

Itens que o orçamento deve conter:

1. Cada item da planilha deverá ter seu respectivo subtotal, de modo a permitir fácil visualização dos custos desagregados.
2. Totalização global da obra.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3. Data de referência da planilha SINAPI utilizada.
4. O número da ART/RRT do responsável técnico pelo orçamento.
5. Informar se os encargos sociais utilizados são os mesmos do SINAPI ou informar os percentuais utilizados (no caso de utilizar percentual diferente do SINAPI, deverá ser apresentada a Planilha Discriminativa dos Encargos Sociais)
6. Apresentação das planilhas em formato digital editável, possibilitando a elaboração da Curva ABC de serviços
7. Utilização de funções de arredondamento (TRUNCAR ou ARRED), limitando os valores a duas casas decimais.
8. Todas as páginas da planilha deverão conter a logomarca da CONTRATADA e da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e deverão ser rubricadas pelo engenheiro da CONTRATADA.
9. Apresentação de cotações de mercado, quando não for possível a utilização do SINAPI, contendo no mínimo três propostas, com identificação completa (empresa, CNPJ, contato, data e valor), sendo adotado o valor mediano.
10. Quando as cotações forem obtidas via internet, deverá ser informado o site consultado, mantendo-se as demais informações obrigatórias.
11. Emissão de ART/RRT de orçamento de obra.

2.9.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO

A memória de cálculo do orçamento é a demonstração matemática de como foram obtidos os quantitativos do orçamento, baseada em dimensões que constam no projeto técnico apresentado, permitindo a reconstituição dos cálculos e levantamentos.

Deverão ser apresentados memórias apenas dos itens significativos (os itens de maior valor que somados representem 80% do valor da obra, sendo no mínimo 10% da quantidade de itens do orçamento) e dos itens relativos à mobilização e desmobilização, canteiro e acampamento e administração local. Não é necessária a apresentação da memória de cálculo para itens facilmente enumeráveis.

2.9.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA

O cronograma físico-financeiro deverá ser ajustado conforme o orçamento elaborado pela





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

contratada, mantendo coerência com as etapas de execução dos serviços.

Eventuais alterações de prazos deverão ser previamente submetidas à análise da fiscalização da SMED, ficando sua aprovação condicionada à concordância formal quanto aos novos prazos propostos.

2.9.3 MEMORIAL DESCRITIVO

O memorial descritivo deverá caracterizar, de forma detalhada, todos os materiais, componentes e sistemas construtivos adotados, bem como a metodologia executiva a ser empregada. O documento deverá descrever integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

Deverão constar no memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações técnicas. Deverão constar, ainda, as referências às leis, normas, decretos, regulamentos, portarias e códigos aplicáveis à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como por concessionárias de serviços públicos.

As discriminações técnicas dos projetos e serviços deverão ser estruturadas conforme segue:

- Título (ex.: Memorial Descritivo Arquitetônico);
- Objeto (ex.: Reforma de.....);
- Endereço completo da edificação;
- Área da edificação;
- Número da ART/RRT;
- Introdução, apresentando o objeto do projeto e sua justificativa;
- Descrição dos serviços preliminares;
- Especificações técnicas dos serviços, materiais e equipamentos necessários à execução da obra, contemplando:
- Padrões, serviços e procedimentos executivos, com base nas normas técnicas pertinentes (devidamente citadas);
- Parâmetros de controle de qualidade dos materiais, conforme recomendações da ABNT;
- Critérios de aceitação dos serviços, visando subsidiar a fiscalização da obra;
- Descrição dos serviços finais;
- Relação de anexos (quando houver);





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Local e data;
- Identificação e assinatura do responsável técnico por especialidade (nome completo, formação e registro no CREA e/ou CAU).

Todas as páginas do memorial descritivo deverão conter a logomarca da CONTRATADA e da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, bem como numeração sequencial.

A descrição dos serviços deverá ser apresentada de forma clara, objetiva e detalhada, de modo a não suscitar dúvidas, devendo ser organizada por etapas e atividades (serviços iniciais, fundações, superestrutura, revestimentos, entre outros).

As citações de normas técnicas e demais determinações legais deverão, sempre que possível, conter a indicação do número da norma, órgão emissor e sua versão ou data de publicação.

Os anexos do memorial deverão ser identificados de forma sequencial em algarismos romanos (ex.: ANEXO I, ANEXO II, etc.), devendo sua referência no corpo do documento permitir fácil localização (ex.: subitem 1.11 do ANEXO I).

A sequência e numeração dos itens do memorial descritivo deverão estar compatíveis com a planilha orçamentária.

2.10 LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA PROJETO DE MURO DE ARRIMO

Deverá ser executado levantamento topográfico da área destinada à implantação do muro de arrimo, contemplando levantamento planimétrico e altimétrico, com nível de precisão compatível com a elaboração de projetos executivos.

O levantamento deverá identificar, no mínimo, limites do terreno, cotas de nível, desníveis existentes, elementos relevantes do entorno e interferências que possam impactar a concepção e execução da estrutura.

Os dados obtidos deverão ser apresentados por meio de planta planialtimétrica, contendo curvas de nível, pontos cotados e demais informações necessárias ao adequado desenvolvimento do projeto.

A contratada poderá subcontratar a execução deste serviço, permanecendo, contudo, responsável pela qualidade e compatibilização das informações obtidas com os demais projetos.

2.11 LAUDO CAUTELAR DE VIZINHANÇA





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A contratada deverá elaborar Laudo Cautelar de Vizinhança, como medida preventiva, com o objetivo de registrar as condições de conservação e estabilidade das edificações vizinhas à área de intervenção, especialmente aquelas situadas no entorno do muro de arrimo a ser executado, visando evitar litígios decorrentes da execução da obra.

O laudo deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva ART/RRT, e deverá contemplar, no mínimo:

- Identificação da obra;
- Endereço completo;
- Identificação do responsável técnico, com número de registro no conselho profissional;
- Número da ART/RRT correspondente;
- Identificação e caracterização dos imóveis vistoriados;
- Registro fotográfico detalhado das edificações vizinhas, internas (quando autorizado) e externas;
- Descrição das condições construtivas aparentes, incluindo fissuras, trincas, recalques, infiltrações e demais patologias existentes;
- Croqui ou planta de localização dos imóveis vistoriados;
- Data da vistoria;
- Assinatura do responsável técnico.

O laudo deverá ser realizado previamente ao início das obras e, sempre que possível, com a anuência dos proprietários ou responsáveis pelos imóveis vistoriados.

A contratada será responsável pela veracidade das informações apresentadas e pela adequada documentação das condições existentes.

2.12 PROJETO DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA CAIXA D'ÁGUA

A contratada deverá elaborar o projeto executivo da estrutura da caixa d'água, considerando o reaproveitamento parcial da estrutura existente, mediante avaliação técnica das suas condições de integridade e desempenho.

As partes da estrutura que apresentarem armaduras expostas, sinais de deterioração ou comprometimento estrutural deverão ser demolidas e substituídas, conforme definido em projeto.

O projeto estrutural deverá atender às disposições da ABNT NBR 6118, contemplando todos os elementos necessários à execução segura e adequada da estrutura.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Antes do início dos serviços, a contratada deverá entregar ao Setor de Engenharia da SMED, para análise e aprovação, no mínimo:

- Uma via plotada, colorida, de cada um dos projetos;
- Uma via em arquivo eletrônico (formato AutoCAD ou software compatível) dos projetos;
- Planilha orçamentária;
- Memória de cálculo;
- Cronograma físico-financeiro;
- Memorial descritivo.

Após aprovação, deverá ser disponibilizada, no canteiro de obras, uma via plotada e colorida dos projetos, mantida em local protegido contra intempéries, destinada exclusivamente à fiscalização, independentemente das vias utilizadas pela contratada na execução dos serviços.

O projeto do muro de arrimo deverá ser submetido à análise e aprovação junto à Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAN). Caberá à contratada a responsabilidade pela obtenção das aprovações necessárias, bem como pelo pagamento de todas as taxas, emolumentos e demais custos relacionados ao processo de aprovação do projeto.

2.13 PLACA DE OBRA

- A contratada deverá providenciar placa indicativa da obra, indicando o responsável técnico responsável por sua execução, conforme exigências do CREA-RS ou CAU-RS e modelo fornecido pela fiscalização.

2.14 DEMOLIÇÕES

As demolições necessárias compreendem:

- Remoção das portas internas;
- Retirada das louças sanitárias, que deverão ser armazenadas para posterior aproveitamento;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Demolição de todo o piso e rodapé cerâmico da escola;
- Demolição do contrapiso de parte da Sala 6, Sanitário 6 e Sanitário 3, conforme indicado em planta baixa em anexo II;
- Escavação e retirada de solo contaminado;
- Retirada do reboco até altura de 1,5m das paredes, lados internos e externos;
- Retirada de tubulações das instalações hidrossanitárias;
- Retirada de fiação elétrica, tomadas e interruptores;
- Demolição parcial da estrutura da caixa d'água, até a altura abaixo da viga intermediária;
- Retirada do forro de PVC;
- Remoção das telhas e cumeeiras que precisarem ser substituídas;
- Todo o material proveniente da demolição deverá ser retirado do local da obra e sua destinação ficará sob responsabilidade da contratada. As legislações ambientais pertinentes deverão ser respeitadas.
- Todos os serviços serão realizados por profissionais capacitados e sob supervisão técnica, assegurando a conformidade com as normas vigentes e a segurança do local de trabalho.

2.14.1 Planejamento e Preparação

Antes do início dos serviços de demolição, deverá ser realizado planejamento detalhado, contemplando a avaliação das condições do local, a identificação de riscos e a elaboração de plano de demolição. Deverão ser adotadas medidas que garantam a segurança dos trabalhadores, das edificações existentes e a minimização dos impactos ao entorno.

2.14.2 Normas Técnicas relacionadas

- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.14.3 Remoção de Portas Internas

- Retirada de todas as portas internas, garantindo a preservação das estruturas adjacentes.
- As portas deverão ser desinstaladas cuidadosamente, evitando danos aos elementos construtivos do entorno.

2.14.4 Remoção de Louças Sanitárias

- Interromper o fornecimento de água e, quando necessário, a energia elétrica;
- Retirar acessórios (torneiras, válvulas, sifões, entre outros) e, posteriormente, as louças sanitárias (vasos, lavatórios, etc.), utilizando ferramentas adequadas.

2.14.5 Demolição de Piso Cerâmico e Rodapés

- Executar a demolição do piso cerâmico com o uso de ferramentas adequadas, tais como martelos, talhadeiras ou rompedores elétricos;
- Realizar a remoção dos rodapés com cuidado, evitando danos às paredes;
- Adotar medidas para controle de poeira, como umedecimento do local ou uso de sistemas de aspiração.

2.14.6 Demolição de Contrapiso

- Executar a demolição do contrapiso em parte da Sala 6, Sanitário 6 e Sanitário 3, conforme indicado em projeto;
- Os serviços deverão ser realizados de forma a garantir a segurança e minimizar a geração de resíduos.

2.14.7 Escavação de Solo Contaminado

- Executar a escavação para remoção de solo contaminado, estimado inicialmente em espessura de 0,50 m, devendo a profundidade final ser definida em conjunto pelo responsável técnico da contratada e pela fiscalização da SMED, conforme condições verificadas em campo;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- O solo removido deverá ser armazenado, transportado e destinado conforme as normas ambientais vigentes, sob responsabilidade da contratada;
- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, a destinação final dos resíduos por meio de documentação hábil (manifesto de transporte de resíduos, certificados de destinação final ou equivalentes);
- Os custos referentes à carga, transporte e destinação final deverão estar contemplados na proposta.

2.14.8 Retirada de Reboco

- Executar a retirada do reboco até a altura de 1,00 m nas faces internas e externas das paredes, visando posterior execução de impermeabilização.

2.14.9 Retirada de Tubulações

- Executar a desmontagem e retirada das tubulações das instalações hidrossanitárias existentes.

2.14.10 Retirada de Fiação Elétrica

- Executar a desconexão e retirada da fiação elétrica, incluindo tomadas, interruptores e demais componentes associados.

2.14.11 Demolição Parcial da Estrutura da Caixa d'Água

- Executar a demolição parcial da estrutura existente, limitada à altura inferior da viga intermediária, conforme diretrizes de projeto e boas práticas de engenharia.

2.14.12 Retirada do Forro de PVC

- Executar a retirada do forro de PVC existente, preservando as estruturas superiores.

2.14.13 Remoção de Telhas





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Realizar a inspeção da cobertura existente;
- Proceder à retirada das telhas e cumeeiras danificadas, para posterior substituição.

2.15 IMPERMEABILIZAÇÃO

2.15.1 IMPERMEABILIZAÇÃO RÍGIDA

As paredes, em suas faces internas e externas, até a altura de 1,50 m, deverão receber impermeabilização rígida com argamassa aditivada com impermeabilizante.

A argamassa deverá ser preparada mecanicamente, com traço adequado, conforme recomendação do fabricante do aditivo impermeabilizante, garantindo desempenho e durabilidade do sistema.

Execução:

- A superfície deverá ser previamente limpa, regularizada e isenta de poeira, partículas soltas, graxa ou outros materiais que prejudiquem a aderência;
- Recomenda-se a execução de chapisco prévio para melhorar a aderência da argamassa impermeabilizante;
- Aplicar a argamassa com aditivo impermeabilizante, garantindo adequada compactação e aderência ao substrato;
- Após o início de pega da argamassa, realizar o sarrafeamento e desempeno da superfície;
- A camada deverá apresentar espessura mínima de 1,5 cm;
- Deverão ser respeitados os tempos de cura e demais orientações do fabricante do aditivo impermeabilizante.

2.15.2 IMPERMEABILIZAÇÃO FLEXÍVEL

Os locais que deverão receber impermeabilização com emulsão asfáltica, duas demãos, são:

- Faces externas das vigas de fundação (baldrames), em todo o perímetro da edificação;
- Laje do reservatório.

Execução:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- A superfície deverá estar limpa, seca, regularizada e isenta de partículas soltas, poeira, graxa, óleo, desmoldantes ou quaisquer materiais que prejudiquem a aderência;
- Aplicar a emulsão asfáltica com brocha, trincha ou equipamento adequado;
- Aplicar a segunda demão após o tempo de secagem indicado pelo fabricante, em sentido cruzado em relação à primeira;
- Respeitar o tempo de cura especificado pelo fabricante antes da execução do reaterro, no caso das vigas de fundação.

2.15.3 Normas Técnicas Relacionadas

- ABNT NBR 9579 – Impermeabilização – Seleção e Projeto.

2.16 DRENAGEM

A contratada deverá executar sistema de drenagem em todo o perímetro externo da edificação, conforme projeto executivo a ser elaborado.

O sistema deverá ser composto por tubos dreno em PEAD (polietileno de alta densidade), com diâmetros definidos em projeto, e deverá atender às seguintes condições:

- Execução de vala com dimensões e profundidade conforme projeto;
- Regularização e apiloamento do fundo da vala;
- Aplicação de manta geotêxtil envolvendo o sistema drenante;
- Lançamento de camada de brita para acomodação do tubo dreno;
- Instalação do tubo dreno;
- Envolvimento do conjunto com brita e fechamento com manta geotêxtil;
- Execução de camada de selamento com areia grossa;

As caixas de passagem previstas em projeto deverão ser executadas com paredes em alvenaria de tijolos maciços, fundo e tampa em concreto, com dimensões conforme detalhamento em planta.

2.16.1 Normas Técnicas relacionadas

- NBR 15073 – Tubos corrugados de PVC e de Polietileno para Drenagem Subterrânea agrícola.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- NBR 10844 - Instalações prediais de águas pluviais aplicam-se à drenagem de águas pluviais.
- NBR 12266 (drenagem subterrânea urbana — se aplicável)

2.17 CONTRAPISO E REVESTIMENTO DE PISO

Deverá ser executado aterro compactado, na área da parte da Sala 6, Sanitário 6 e Sanitário 3, com camadas de no máximo 20 cm, compactadas mecanicamente com soquete, utilizando-se para isto o material transportado de local estranho à obra, porém, especialmente escolhido para este fim, até o preenchimento e nivelamento para a execução de 5cm de lastro de concreto magro e posteriormente o contrapiso desta área.

Todo o piso da escola receberá novo revestimento cerâmico, devendo ser PEI-5, nas dimensões 45x45cm e rodapé cerâmico de 7cm de altura e rejunte cimentício. A cor será definida pela fiscalização, devendo a contratada fornecer amostras antes da execução do serviço.

2.17.1. Sequência de execução

O piso será revestido em cerâmica 45cmx45cm, PEI-05, assentada com argamassa industrial adequada para o assentamento de cerâmica e espaçadores plásticos em cruz de dimensão indicada pelo modelo referência. Será utilizado rejuntamento cimentício com dimensão indicada pelo fabricante, na cor definida pela fiscalização.

A contratada deverá fornecer amostras do piso à fiscalização, para devida análise e escolha do material a ser empregado.

2.17.2. Normas Técnicas relacionadas

- NBR 9817, Execução de piso com revestimento cerâmico – Procedimento; _ ABNT NBR 13816, Placas cerâmicas para revestimento – Terminologia;
- NBR 13817, Placas cerâmicas para revestimento – Classificação;
- NBR 13818, Placas cerâmicas para revestimento – Especificação e métodos de ensaios.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.17.3. Soleira em granito

Caracterização e Dimensões do Material: Trata-se de um material de alta resistência, com pequena porosidade, resistente à água, de fácil manuseio e adequação às medidas do local. - Dimensões: L (comprimento variável) x 15cm (largura) x 20mm (altura).

- Modelo de Referência: Granito Cinza Andorinha.

Conexões e interfaces com os demais elementos construtivos:

- As soleiras de granito devem estar niveladas com o piso mais elevado. A espessura usual do granito acabado é 2cm, portanto, uma das faces da soleira deve ser polida, pois ficará aparente quando encontrar com o piso que estiver assentado no nível inferior. Deverão ser instaladas junto as três portas de entrada da escola.

2.18 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

A execução das instalações hidráulicas deverá seguir o projeto executivo a ser elaborado pela contratada, contemplando o sistema de abastecimento de água fria, incluindo reservação, distribuição, pontos de consumo, registros, conexões e demais componentes necessários ao adequado funcionamento do sistema.

A execução deverá garantir estanqueidade, durabilidade e facilidade de manutenção, atendendo às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a ABNT NBR 5626, bem como às boas práticas de engenharia.

2.19 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A execução das instalações sanitárias deverá seguir o projeto executivo a ser elaborado pela contratada, contemplando o sistema de coleta, condução e destinação dos efluentes sanitários, incluindo ramais, colunas, ventilação, caixas de inspeção e demais dispositivos necessários.

O sistema deverá ser executado de forma a garantir o adequado escoamento dos efluentes, evitando obstruções, refluxos e odores, atendendo às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a ABNT NBR 8160, bem como às boas práticas de engenharia.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.20 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas deverão ser executadas conforme o projeto executivo a ser elaborado pela contratada.

A execução deverá atender aos requisitos de segurança, em conformidade com a NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, bem como às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a ABNT NBR 5410.

Obs.: a contratada deverá instalar os condutores para cabeamento de lógica, conforme orientações da TI da SMED.

2.21 ESQUADRIAS

2.21.1 Portas Internas de Madeira

Deverá ser utilizada madeira de lei, sem nós ou fendas, não ardida, isenta de carunchos ou brocas. A madeira deve estar bem seca. As folhas de porta deverão ser executadas em madeira compensada de 35mm, com enchimento sarrafeado, semioca, revestidas com compensado de 3mm em ambas as faces. As dimensões deverão ser conforme vãos existentes.

Os marcos e alisares (largura 8cm) deverão ser fixados por intermédio de parafusos, sendo no mínimo 8 parafusos por marco.

2.21.2 Ferragens e Fechaduras

As ferragens deverão ser de latão ou em liga de alumínio, cobre, magnésio e zinco, com partes de aço. O acabamento deverá ser cromado. As dobradiças devem suportar com folga o peso das portas e o regime de trabalho que venham a ser submetidas. Os cilindros das fechaduras deverão ser do tipo monobloco. Para as portas externas, para obtenção de mais segurança, deverão ser utilizados cilindros reforçados. As portas internas poderão utilizar cilindros comuns.

2.22 REVESTIMENTO DE PAREDE / ESQUADRIAS

2.22.1 Chapisco, Emboço e Reboco





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Em todas as paredes internas e externas, que tiveram a remoção do reboco, deverão receber chapisco, emboço e reboco.

Ressalta-se a importância de teste das tubulações hidrossanitárias, antes de iniciado qualquer serviço de revestimento. Após esses testes, recomenda-se o enchimento dos rasgos feitos durante a execução das instalações, a limpeza da alvenaria, a remoção de eventuais saliências de argamassa das juntas. As áreas a serem pintadas devem estar perfeitamente secas, a fim de evitar a formação de bolhas.

O revestimento ideal deve ter três camadas: chapisco, emboço e reboco liso.

O chapisco deverá ser aplicado em superfície de alvenaria, com colher de pedreiro e com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, espessura 9mm, com fator água/cimento «0,50. O cimento deverá ser especial, de alta resistência inicial, para aceleração do tempo de endurecimento e pega do chapisco. A areia deverá ser aprovada pela Fiscalização. Os revestimentos subsequentes ao chapisco somente serão iniciados após completa secagem deste.

O emboço, com argamassa de cimento, cal e areia média úmida, no traço 1:2:8, com 17,5mm de espessura. E o reboco deverá ser executado no traço 1:4, com espessura de 3cm. O acabamento deverá ser acamurçado. A execução deste revestimento merecerá cuidados especiais quanto ao alinhamento e prumo, sendo vetada a correção de qualquer imperfeição de alvenaria neste sentido, com o uso de argamassa. O reboco somente será aplicado após a completa pega do emboço, sendo o parâmetro perfeitamente liso e plano.

Nas paredes em que existem trincas devido à falta de amarração da parte antiga com a parte mais nova da construção da edificação, deverá ser feito o grampeamento delas, em toda sua extensão, antes de executar o chapisco.

2.22.2 Normas Técnicas relacionadas

- NBR 13749:2013 Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Especificação;
- NBR 13276:2002 Emenda 1:2005 Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos - Preparo da mistura e determinação do índice de consistência;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.22.3 Pintura Acrílica

Todas as paredes externas, bem como as internas receberão pintura com tinta ACRÍLICA, conforme segue:

- Eliminar todas as partes soltas ou mal aderidas, sujeiras e eflorescências, recorrendo à raspagem ou escovação da superfície.
- Remover todas as manchas de óleo, graxa ou qualquer agente contaminador gorduroso.
- Corrigir imperfeições profundas com a mesma argamassa utilizada para o reboco, já as imperfeições menores devem ser corrigidas com massa corridas.
- Lixar a base com lixa grana 100, tirar todo o pó.
- Aplicar massa corrida nas paredes internas.
- Aplicar uma demão de fundo selador acrílico.
- Aplicar duas demãos de tinta acrílica. Dependendo da cobertura resultante na segunda demão, poderá receber mais uma demão, a critério da fiscalização.

2.22.4 Normas Técnicas relacionadas

- NBR 11702 – Tintas para construção civil – Classificação;
- NBR 13245 – Execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície;
- NBR 14940 – Método de avaliação de desempenho – Determinação da resistência à abrasão úmida;
- NBR 14942 – Método de avaliação de desempenho – Determinação do poder de cobertura da tinta seca;
- NBR 14943 – Método de avaliação de desempenho – Determinação do poder de cobertura da tinta úmida;
- NBR 15079 – Requisitos mínimos de desempenho de tintas látex para edificações não industriais.

2.22.5 Revestimento Cerâmico

Nos sanitários e cozinha, deverão receber revestimento cerâmico em toda a altura da parede.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caracterização e Dimensões do Material: Cerâmica (33x45cm). Cor a ser definida pela fiscalização, fixada com argamassa colante, AC I para cerâmicas. - Será utilizado rejuntamento cimentício, cor a ser definida pela fiscalização.

Após os revestimentos cerâmicos de piso e parede estarem prontos, deverão ser reinstalados os vasos sanitários e lavatórios.

2.22.6 Pintura em madeira

Todas as portas de madeira deverão ser lixadas, com lixa número 120, limpas e posteriormente receberem uma demão de fundo preparador para madeira. Posteriormente deverão ser pintadas com tinta de acabamento acetinado (pigmentada) esmalte sintético fosco em duas demãos. A cor será definida pela fiscalização.

2.22.7 Pintura em superfície metálica

As portas externas e janelas basculantes deverão ser preparadas para pintura com lixamento com lixa de ferro número 150, e após estarem livres de quaisquer sujidades, deverão receber uma demão de tinta esmalte sintético fosco. Nas janelas, a contratada deverá ter o cuidado para isolar os vidros com fita crepe, a fim de pintar somente os perfis metálicos. A cor será definida pela fiscalização.

2.23 FORRO

O forro é formado por estrutura de aço galvanizado, em perfis horizontais nivelados, para fixação das régulas de PVC, através de pregos, grampos ou rebites.

A estrutura de sustentação deve ser absolutamente plana e nivelada, para isto deverá ser marcada a altura de instalação com precisão nos cantos de parede. A partir das paredes laterais são instaladas as peças da estrutura auxiliar conforme espaçamentos definidos pelo fabricante do material. Os perfis de PVC devem ser fixados a estrutura através de abas de fixação e os perfis subsequentes são encaixados através de engates tipo macho-fêmea. Deverá ser executado o acabamento do forro com roda-forro em perfil metálico e plástico. A execução deverá atender a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que couber.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.24 RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DA CAIXA D'ÁGUA

A estrutura de concreto armado da caixa d'água deverá ser recuperada, considerando a intervenção a partir da face inferior da viga intermediária, conforme diretrizes estabelecidas no projeto executivo elaborado pela contratada.

A estrutura de concreto armado da caixa d'água deverá ser reformada, considerando a partir da face inferior da viga intermediária. A execução deverá atender às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial aquelas relacionadas ao projeto, execução e recuperação de estruturas de concreto armado, bem como às boas práticas de engenharia.

2.25 SISTEMA DE COBERTURA

Todas as telhas serão substituídas, à medida que for detectada suas necessidades, devendo a contratada manter a especificação de material do telhado existente: telhas e cumeeiras de fibrocimento, espessura 6mm. A execução deverá atender a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que couber.

2.26 INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAS

O sistema de drenagem de águas pluviais deverá ser executado conforme projeto executivo a ser elaborado pela contratada, contemplando a captação, condução e destinação adequada das águas provenientes das coberturas e áreas externas da edificação.

O sistema deverá ser composto por calhas, condutores verticais e horizontais, caixas de passagem e demais dispositivos necessários ao correto escoamento das águas pluviais, conforme dimensionamento em projeto.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

As calhas deverão ser em chapa de aço galvanizado, devidamente fixadas e com inclinação adequada para o escoamento das águas, incluindo todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação.

Os condutores deverão ser executados em tubos de PVC, série R, com diâmetros conforme definido em projeto, sendo instalados tanto na vertical quanto nos ramais de encaminhamento, garantindo estanqueidade e adequado funcionamento do sistema.

As caixas de passagem e/ou de areia deverão ser executadas conforme dimensões de projeto, com fundo adequado para retenção de sólidos e grelha de proteção, permitindo fácil acesso para limpeza e manutenção.

Para a implantação das tubulações enterradas, deverão ser executados os serviços de escavação manual de valas, preparo do fundo, assentamento das tubulações, reaterro e compactação, conforme boas práticas construtivas.

As valas deverão ser executadas com dimensões compatíveis com os diâmetros das tubulações, garantindo o correto posicionamento e declividade das mesmas.

O reaterro deverá ser realizado com material adequado, isento de detritos, devidamente compactado, garantindo a estabilidade das tubulações e evitando recalques futuros.

Todo o sistema deverá ser executado de forma a evitar infiltrações, obstruções e refluxos, garantindo o perfeito escoamento das águas pluviais.

2.26.1 Normas Técnicas relacionadas

A execução deverá atender às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a ABNT NBR 10844, bem como às boas práticas de engenharia.

2.27 MURO DE ARRIMO

O muro de arrimo deverá ser executado conforme projeto executivo elaborado pela contratada. A execução deverá atender às normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/04/2026 10:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pd47fe6e490e5>





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Normas Técnicas (ABNT), em especial aquelas relacionadas à estabilidade de encostas e ao dimensionamento de estruturas, bem como às boas práticas de engenharia.

2.28 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A execução dos serviços deverá seguir o cronograma físico-financeiro constante no Anexo I.

Eventuais alterações de prazos deverão ser previamente submetidas à análise da fiscalização da SMED, ficando sua aprovação condicionada à concordância formal quanto aos novos prazos propostos.

3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação tem por objetivo viabilizar a reativação do uso do prédio situado no endereço indicado no item 1.1, o qual se encontra interditado em razão do afundamento do piso na Sala 6.

Diante dessa condição, torna-se imprescindível a execução das intervenções necessárias, com vistas a garantir a segurança estrutural da edificação, restabelecer suas condições de uso e preservar o patrimônio público.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A licitação será realizada na modalidade de Concorrência, com critério de julgamento Técnica e Preço e Regime de Contratação integrada, em conformidade com a legislação vigente.

A escolha do critério de julgamento Técnica e Preço justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade técnica dos serviços a serem prestados, uma vez que a reforma de um prédio escolar requer não apenas a execução das obras, mas também o desenvolvimento de projetos que garantam a funcionalidade, a segurança e a adequação às normas estabelecidas. A avaliação técnica dos proponentes permitirá a seleção da proposta mais qualificada, levando em consideração a experiência e a competência da empresa na área.

Na modalidade de Concorrência, o critério de julgamento será de melhor Técnica e Preço, para a qual o vencedor final do certame será definido por meio de média ponderada entre os critérios





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

técnicos e o valor do lance/proposta apresentado na plataforma do licitações-e. Essa modalidade tem como objetivo a contratação de propostas de melhor qualidade, uma vez que a técnica passa a compor a nota final do certame. Para a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço, adotou-se 70% (setenta por cento) para a técnica e 30% (trinta por cento) para o preço, tendo em vista o fato de que os aspectos técnicos associados ao projeto têm relevante participação no sucesso do empreendimento, dada a sua complexidade, igualando-se em importância à economicidade derivada do menor preço pretendido. A adoção deste critério se deu com base na Lei 14.133/2021, Art. 36.

A adoção do percentual de 70% para técnica e 30% para preço deve-se ao entendimento da relevância e importância da técnica na execução contratual, pela preferência por tecnologias inovadoras, de alto desempenho e baixa manutenção. A justificativa consiste na abertura para apresentação de propostas inovadoras e de diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado. A utilização do critério Técnica e Preço 70x30 permite utilizar a expertise da CONTRATADA para definição dos melhores métodos construtivos, realizar a gestão e o controle de todas as fases da obra, obtendo-se ganhos de eficiência, redução de prazos e economicidade no valor global do empreendimento. A adoção do percentual de 30% para a proposta de preços promove competitividade econômica, buscando-se a proposta mais vantajosa para o Município

A adoção da Contratação Integrada já demonstra que não haverá parcelamento do objeto, uma vez que a CONTRATADA se encarregará da elaboração dos projetos básico e executivo de arquitetura e complementares de engenharia, bem como da execução de reforma/obra de engenharia e/ou arquitetura da Unidade Escolar, no Município de Cachoeirinha/RS.

4.2 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, devendo ser apresentado para fins de habilitação a Comprovação de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados e com indicação da Pessoa Jurídica responsável pelo Consórcio (Empresa Líder), sendo esta, necessariamente, Empresa de Engenharia, atendidas as condições estabelecidas neste Edital.

A possibilidade de participação em Consórcio visa possibilitar a participação de empresas com expertises diferentes, ampliando a competitividade do certame.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Será admitida a participação de licitantes *de pessoas jurídicas* sob a forma de Consórcio, sendo observado o art. 15 da Lei nº 14.133. As condições gerais são:

Formação de Consórcio:

- O consórcio deverá ser formalizado por meio de um **instrumento de constituição**, ou seja, um **contrato** ou **documento equivalente**, que tenha como objetivo a execução de determinado objeto da licitação.
- O limite máximo para a formação do consórcio **ficará limitado a duas empresas**.

Responsabilidade Solidária ou Subsidiária:

- Os membros do consórcio serão **solidariamente responsáveis** pelos compromissos assumidos perante a administração pública, ou seja, cada empresa pode ser responsabilizada pela totalidade das obrigações assumidas na licitação.
- Em alguns casos, poderá ser prevista a **responsabilidade subsidiária**, dependendo do tipo de contratação.

Capacidade Técnica e Econômica:

- O consórcio, ao participar da licitação, deve comprovar que, em conjunto, possui a **capacidade técnica e econômica** necessária para cumprir as obrigações previstas no contrato, caso seja vencedor.
- As empresas consorciadas podem se somar em termos de experiência, qualificação técnica e recursos financeiros.

Indicação de um Representante:

- O consórcio deverá indicar uma **empresa líder**, que será responsável pela execução do contrato, caso o consórcio seja vencedor. Essa empresa atuará como intermediária entre o consórcio e a Administração Pública.

Documentação Comprobatória:

- Os membros do consórcio deverão apresentar documentação que comprove a sua habilitação, conforme os requisitos do edital, incluindo as certidões, atestados de qualificação técnica, e a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os serviços de engenharia têm natureza de serviços especializados de engenharia, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando a complexidade técnica envolvida na execução da reforma do prédio escolar e da construção do muro de arrimo, bem como a elaboração do projeto correspondente. De acordo com o artigo 6º da referida Lei, os serviços especializados são aqueles que demandam conhecimentos técnicos específicos, e, nesse caso, tanto a reforma quanto a execução do muro de arrimo envolvem conhecimentos especializados em áreas como arquitetura, engenharia civil e projetos estruturais, sendo, portanto, classificados como serviços especiais de engenharia.

A licitação será conduzida para a contratação de empresa capacitada para realizar a reforma do prédio escolar e a construção do muro de arrimo, contemplando, inclusive, a elaboração do projeto executivo, conforme exigido pela legislação vigente. A necessidade de projetos adequados e detalhados para a execução das obras também reforça a natureza especializada dos serviços, uma vez que implica em estudos técnicos e análises para garantir a qualidade, segurança e funcionalidade das obras a serem realizadas.

5.2 A contratada deverá se responsabilizar, no prazo de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho realizado.

5.3 A visita técnica do local da reforma poderá ser realizada antes da formulação da proposta, devendo ser previamente agendada, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. Não haverá vistoria sem prévio agendamento. O agendamento para a visita técnica deverá ser marcado via telefone (51) 3441-8700, setor de Engenharia.

5.4 A execução dos serviços ficará a cargo da empresa contratada, que deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica de execução da obra e atender as especificações deste Termo de Referência e do contrato de prestação de serviço que será celebrado entre a referida empresa e a Prefeitura Municipal. Além da execução, os projetos executivos e suas alterações deverão ser registrados no CREA/CAU pela contratada, através de ART/RRT específica para cada caso. O objeto deverá ser executado por profissionais devidamente habilitados no CREA/CAU,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

abrangendo todos os serviços desde a instalação do canteiro até a limpeza e entrega da obra, com todas as instalações e sistemas em perfeito e completo funcionamento.

5.5 O responsável técnico da contratada deverá dar assistência aos serviços da obra, devendo fazer-se presente em todas as etapas da execução dos serviços e acompanhar as vistorias efetuadas pela fiscalização. Também deverá realizar a compatibilização in loco, observar e prever eventuais problemas, sendo sempre recomendável que presente à fiscalização os problemas constatados juntamente com possíveis soluções.

5.6 A contratada deverá atender à Norma NR-35 – Trabalho em Altura, com os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura.

5.6.1 Para fins de trabalho em altura, considera-se toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.

5.7 A empresa assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

5.8 É vedado o emprego de materiais recondicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço materiais novos e originais, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante.

5.9 O transporte e o manuseio e segurança dos materiais utilizados na execução dos serviços são de responsabilidade integral da empresa contratada até a entrega e aceitação final por parte da fiscalização.

5.10 É de responsabilidade da contratada todo o fornecimento dos insumos e materiais consumíveis, necessário para a utilização das ferramentas e equipamentos, tais como: brocas,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

disco de cortes, serras, lixas, ponteiros para parafusadeiras, e todos os demais itens necessários para permitir a execução dos serviços demandados.

5.11 É de responsabilidade da contratada a guarda, conservação e zelo das ferramentas, veículos e máquinas utilizadas na prestação de serviços.

5.12 A contratada deverá fornecer Diário de Obra, registrando informações do dia a dia da obra. Neste a contratada fará anotações sobre o andamento do serviço, horários de início e término das atividades, o uso e a disponibilidade de recursos, o efetivo da obra, as locações de máquinas e equipamentos e a sua utilização no dia, condições climáticas, os acidentes de trabalho, comentários da fiscalização e do contratado, principais problemas não previstos que impediram a execução de algum serviço ou tarefa, em quais áreas foi executado o trabalho. Deverá ser feito em duas vias, sendo uma para controle da fiscalização.

5.13 A contratada deverá realizar a gestão e planejamento da obra, através de cronograma executivo e planejamento das etapas a serem cumpridas e atentando para atividades interdependentes. O planejamento deverá ser fornecido à fiscalização a cada 15 dias.

5.14 No final da obra deverá ser entregue o "as built" e Manual do Usuário, sob pena de retenção de 10% da última parcela de pagamentos.

A expressão "as built" refere-se a um documento que detalha as alterações e a construção final de um projeto, refletindo o que foi realmente construído em comparação ao projeto original. Este documento é essencial para garantir que todos os detalhes da obra estejam registrados corretamente, facilitando futuras manutenções e intervenções.

O "Manual do Usuário" é um documento que orienta os usuários sobre como operar e manter as instalações e equipamentos da obra. Esse manual deve conter informações sobre o funcionamento, manutenção preventiva e corretiva, além de instruções de segurança.

A NBR 14037, que trata de "Documentação da Obra", estabelece normas sobre a entrega e a organização da documentação técnica.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A retenção de 10% da última parcela de pagamento, caso esses documentos não sejam entregues, serve como um mecanismo de garantia para que o contratante receba toda a documentação necessária para o pleno funcionamento da obra.

Portanto, é fundamental que os responsáveis pela obra estejam atentos a essas exigências para evitar retenções financeiras e garantir a conformidade com as normas técnicas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O prazo para execução do objeto ora licitado será de até 04 (quatro) meses, a contar da Ordem de Início da Obra, podendo ser prorrogado, se necessário, mediante termo aditivo, obedecendo às condições constantes no artigo 111 da Lei 14.133/2021.

6.2 O local de execução dos serviços é situado na rua Itapema, nº100, Cachoeirinha, RS.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO / ARP

7.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Gestão

Nome: Michelli Linhares

Matrícula: 15319

Departamento/Setor: Contratos

Fiscalização:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nome: Murilo Plachi

Matrícula: 991589

Departamento/Setor: Engenharia

7.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5 A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16 A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.18 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de início, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.20 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Declaração formal de equipe técnica adequada à execução dos serviços técnicos especializados objeto da licitação e de indicação do (s) Responsável (is) Técnico (s) pela execução de tais serviços, assinada por sócio-gerente, presidente ou diretor, admissível assinatura por procurador / credenciado munido de procuração hábil, em plena validade.

8.2 Comprovação de vínculo do (s) responsável (is) técnico (s) com a licitante através de Contrato Social, em se tratando de sócio da empresa. No caso de empregado, mediante apresentação de carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ainda contrato de prestação de serviço, na data do certame licitatório. Poderá, também, ser apresentada declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame

8.3 Certificado de Registro da Licitante e do(s) Responsável (is) Técnico(s) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade.

8.4 Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico Profissional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devidamente certificado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou pelo Conselho Arquitetura e Urbanismo – CAU, sendo que para obras ou serviços registrados a partir de 16 de maio de 2005, deverá estar acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), que comprove a execução, pelo Responsável Técnico indicado, de serviço compatível com o objeto da licitação.

8.4.1 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8.4.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

8.4.3 Entende-se por responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica aqueles legalmente habilitados e indicados formalmente em declaração expedida pelo Licitante, que deve ser juntada aos documentos de habilitação (idem ao item 10.1);

8.4.4 Os Atestados de Capacidade Técnica devem ser de execução reforma de edificação.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Permitir acesso da contratada a suas dependências, quando necessário, em razão dos serviços prestados.

9.2 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços.

9.3 Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.

9.4 Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

9.5 Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste termo de referência.

9.6 Exercer o gerenciamento e a fiscalização dos serviços técnicos.

9.7 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela contratada.

9.8 Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades exigidas.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

9.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Responder por todas as despesas decorrentes da execução do objeto e por outras correlatas, tais como frete, obrigações trabalhistas, seguros de acidentes, encargos fiscais e comerciais, encargos sociais, tributos e emolumentos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

10.2 Responder pelos danos causados diretamente à Contratante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, independentemente do acompanhamento pela Fiscalização.

10.3 Efetuar a correção dos serviços que não corresponderem às especificações do objeto, no prazo estipulado pela Fiscalização.

10.4 Comunicar à Fiscalização qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.5 Receber a solicitação e efetuar o fornecimento do objeto, no prazo e local estabelecidos, e nas condições constantes da proposta apresentada.

10.6 Atender todas as especificações e obrigações constantes do termo de referência.

10.7 Cumprir todas as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança dos trabalhadores. Principalmente fornecimento de EPI.

10.8 Quando exigido pela Fiscalização a Contratada deverá se apresentar em até 2 (dois) dias úteis.

10.9 Atender prontamente quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto do Contrato.

10.10 Responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados ou prepostos ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens do município ou de propriedade de terceiros, durante a execução do serviço.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.11 Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação do serviço. Executar ou autorizar a execução dos serviços de alterações e/ou modificações para ajustamento que a execução do contrato demonstrar conveniente para atender as necessidades públicas supervenientes, que se alterarem.

10.12 Deixar sempre ao término de cada expediente, toda área utilizada para a execução dos serviços totalmente limpa e desimpedida, assim como na conclusão dos mesmos, sendo que todos os entulhos deverão ser removidos após cada dia de serviço. O entulho deverá ser acondicionado em recipiente apropriado e próprio, devendo ser removido tão logo esteja cheio, sem ônus adicional ao Município.

10.13 Comunicar verbalmente e por escrito, imediatamente, à fiscalização todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos.

10.14 A contratada deverá fornecer aos seus funcionários, os uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva.

10.15 Os operários somente poderão trabalhar uniformizados e munidos de equipamentos de proteção individual, devendo a empresa contratada fornecê-los, tantas unidades, quanto forem necessárias à boa apresentação, asseio e segurança de seus funcionários.

11 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 O prazo de pagamento será de até 15 dias após a medição dos boletins da obra que será feita pelo fiscal técnicos responsáveis da Prefeitura Municipal juntamente com o responsável técnico da empresa contratada. A medição será feita por unidades de serviços (un, m, m², m³, etc), conforme consta na planilha orçamentária da obra, só serão medidos, e ou pagos, itens que já estiverem instalados e em perfeitas condições de usabilidade.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

12.1 O futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade de Concorrência.

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Código referência: 490

Órgão: 08.001

Ação: 1015 - Construção, Ampliação e Aquisição de Bens Móveis para Educação Infantil

Obras e Instalações: 34490510000000000000

Subelemento: 91 – Obras em andamento

Recurso: 020MDE

14 ANEXOS

14.1 Faz parte deste Termo de Referência o seguinte anexo:

ANEXO I – Estimativa de Custo e Cronograma

ANEXO II – Planta baixa

ANEXO III – Quesitos Técnicos de Julgamento das Propostas

ANEXO IV – Relatório de Sondagem SPT

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/04/2026 10:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pd47fe6e490e5>



Cachoeirinha, 17 de março de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Daniela Vaz Trein
Engenheira Civil - CREA RS 101826

VIABILIDADE DECLARADA PELA AUTORIDADE SUPERIOR:

DATA:13/04/2026

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL
NECESSÁRIA A ASSINATURA ELETRÔNICA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/04/2026 10:51 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pd47fe6e490e5>

